

Imprensa Nacional
Biblioteca Machado de Assis



B0015733

F
320
G426



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ADHEMAR GHISI
Deputado Federal

DIÁLOGO ENTRE EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Discurso proferido na sessão
de 22 de maio de 1972

F 328.32
G426d

DE IMPRENSA NACIONAL
asilia — 1972



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ADHEMAR GHISI
Deputado Federal

DIÁLOGO ENTRE EXECUTIVO
E LEGISLATIVO

Discurso proferido na sessão
de 22 de maio de 1972

F 328.32
426d

B00/5733

O SR. ADHEMAR GHISI: (Lê)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, as palavras do Presidente Garrastazu Médici, proferidas no seu discurso de posse, a 30 de outubro de 1969, relativamente à classe política do País, e tendo em vista o que se convencionou denominar "abertura política", começaram a fazer sentido e a comporificar-se no panorama geral da Nação:

"Homem da lei, sinto que a plenitude do regime democrático é uma aspiração nacional. E, para isso, creio necessário consolidar e dignificar o sistema representativo, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem. Creio em que os partidos políticos valem como forças vivas e que atuam sobre a vida nacional quando a dinâmica das idéias prevalece sobre a pequenez dos interesses pessoais. E sinto que urge fortalecer o Partido da Revolução, para que ele seja não só o sustentáculo deste Governo, mas uma verdadeira escola de política nacional harmonizada com o pensamento revolucionário. E espero da oposição que nos honre com o cumprimento de seu dever, apontando erros, aceitando acertos, indicando caminhos, fiscalizando e fazendo também a sua escola de democracia, dignidade e respeito mútuo".

Ao realizar-se a III Convenção Nacional da ARENA, em 20 de novembro de 1969, o Chefe da Nação, no ato de filiação a este Partido, fez importante pronunciamento, que estabeleceu as premissas do seu comando político, dentro da conjuntura nacional, afirmando:

"Minha presença, nesta hora primeira de um Governo, em Convenção assim partidária, pretende significar que é chegado o tempo de reconstrução de nossa vida política. Antes de tudo, a presença é afirmação de minha

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL	
BIBLIOTECA	
NÚMERO	DATA
F335	5/10/73

fé revolucionária. Aqui venho cedo porque este é o Partido da Revolução, o agrupamento de homens a quem cumpre dar sustentação política a meu Governo — até mesmo para que a plenitude democrática se adiante — e semear, no chão das gentes que os elegeram, as sementes da duração de nossos ideais no exercício do poder"... "Trago para o Partido, no ato de minha filiação, as mesmas convicções três vezes confessadas à Nação. Confirmo o meu credo democrático, como substância de mim mesmo e como ideal que o Brasil haverá de alcançar. Pretendo deixar, ao término de meu período governamental, definitivamente instaurada a democracia em nosso País. Quero deixar bem claro que o alcance desse objetivo depende muito mais dos militantes da política partidária que do próprio Presidente da República."

Os tempos passaram desde as duas manifestações claras e peremptórias do Presidente Garrastazu Médici.

Já se começam a vislumbrar nos céus da vida nacional os primeiros rútilos clarões dos raios de sol da participação efetiva e desejada dos que compõem a área política no processo do desenvolvimento nacional.

Não se diga que essa participação seja um fenômeno não previsto, surgido ao acaso dentro do contexto da vida nacional. Foi o próprio Sr. Presidente da República, ao falar aos arenistas na sua III Convenção Nacional, quem a admitiu, quem a anteviu, quem a desejou.

E o fez, e o disse e o proclamou em termos tão claros e precisos, que só a nossa timidez e o nosso indiferentismo os poderão apequenar:

"Vislumbro uma forma superior de democracia em que se debatam as idéias com grandeza, em que se encare o futuro sem preconceitos, sem ódios, sem temores. E confesso almejar o dia de merecer o consenso de minha gente, em torno das decisões que o interesse do meu País me haverá de iluminar".

Sr. Presidente e Srs. Deputados, a dinamização que vem sacudindo a Aliança Renovadora Nacional, atingindo nossos sentidos e ferindo nossa percepção significa o início de uma perfeita adequação do ideal preconizado pelo Chefe da Nação relativamente à desejada participação do seu partido, a Aliança Renovadora Nacional, no debate dos mais importantes objetivos e metas de seu Governo.

Quer significar, também, que os conceitos e premissas até agora traduzidos em textos de pronunciamentos e cartas de intenções passaram a vivificar as relações entre Governo, nas suas acepções executiva e administrativa, e aqueles que compõem os quadros políticos e partidários do chamado partido da Revolução, a ARENA.

A Nação passou a sentir essa evolução em toda a sua amplitude, e os nossos observadores políticos ligados à Imprensa do País a estão testemunhando todos os dias e transmitindo às suas agências noticiosas, para conhecimento da Nação e do Mundo, com impeto renovado a partir do momento em que o Senador Filinto Müller assumiu as rédeas do Partido Governista e passou, conforme sua própria expressão, "a estabelecer uma via de mão dupla entre os políticos e o Governo".

Sem dúvida, estamos às vésperas de grandes acontecimentos, relacionados com um convívio mais íntimo e profundo com o Poder Executivo.

Este, ao encaminhar até o Congresso Nacional, no mês que passou, a proposta de Emenda Constitucional, estabelecendo eleições indiretas para Governadores e Vice-Governadores, em 1974, outorgou um voto de confiança ao Parlamento e aos Partidos Políticos, pois poderia proceder às alterações desejadas com base nos diplomas excepcionais ainda vigentes.

Somente o início de uma nova e promissora fase nas relações dos homens do Executivo com o Legislativo, para o que tem contribuído enormemente o prestígio, a clarividência, o patriotismo e o respeito de que goza o Senador Filinto Müller junto aos altos escalões da República, poderia justificar o pronunciamento feito pelo ilustre Presidente da ARENA em recente reunião que convocou, com a participação do Diretório Nacional e dos Conselhos Consultivos, Fiscal e de Ética Partidária, ao asseverar:

"Ao mesmo tempo em que trago recomendações da Presidência da República, levo observações e reivindicações dos políticos. E devo dizer mesmo que o nosso partido está sendo plenamente acatado e respeitado".

O entusiasmo com que o Presidente da agremiação governista se lança à tarefa de reorganizar o partido, desde suas bases até a cúpula, dinamizando-o de alto a baixo, procurando motivá-lo para as grandes causas nacionais e para ingresso de representantes de todas as classes nele ainda não suficientemente atuantes, cobrando de seus membros missões e delegações; preconizando o seu fortalecimento perante os órgãos de opinião pública e a imprensa em geral; pregando a necessidade de atualização dos métodos de trabalho e de pesquisa, principalmente dos que detêm mandato po-

pular, como autênticos estudiosos da Ciência Política, com vistas ao desenvolvimento Nacional, tudo isso nos endereça à segura conclusão de que está em processo de plena e acelerada marcha a perseguição da chamada plenitude democrática.

E' mister que, num momento como este, não nos percamos em lutas estereis, quer interna, quer externamente, mas nos reafirmemos como arautos, fiscais e construtores de um Brasil novo para o qual possamos dar, hoje e sempre, uma importante parcela de contribuição cívica e patriótica.

Tenho para comigo que o diálogo permanente e sério com os membros integrantes deste Congresso Nacional e de sua Classe Política é sincero desejo de todos os componentes da mais alta esfera administrativa. O próprio Sr. Presidente da República enfatiza a cada passo e a cada nova oportunidade que lhe surja. Essa sensação, nós a tivemos presente dentro de nós mesmos, ao nos avistarmos, no dia 3 do corrente, com o eminente Chefe da Nação. Recebidos que fomos para uma breve audiência com tempo estipulado para 10 (dez) minutos, o período desse encontro, por expressa vontade e generosa concessão do Presidente Médici, estendeu-se por quase 20 (vinte) minutos. Nessa oportunidade, pudemos sentir o sincero desejo de S. Exa. de marcar sua passagem pelo Governo da República, atenuando tanto quanto possível a situação de dificuldades e de provações hoje infelizmente experimentada por milhares de patrícios nossos. Ao revelar a S. Exa. a grata impressão que nos ficara da visita feita a Belo Horizonte, como convidados do ilustre Ministro do Trabalho e Previdência Social, Professor Júlio Barata, para participarmos das solenidades do Dia 1º de Maio, como um dos representantes da Câmara dos Deputados, e ao transmitir-lhe a magnífica impressão causada em toda a área rural pela Lei Complementar nº II, de 25 de maio de 1971, que começava a ser cumprida naquela grande data, com a concessão de um dos seus benefícios, o da aposentadoria por velhice a dez idosos trabalhadores rurais, representando dez regiões diferentes do País, o Presidente, que nos ouvia em generoso silêncio, alterou sua fisionomia e modificou sua postura, passando a dissertar profunda e longamente acerca de suas preocupações e de seu Governo para com o homem mais pobre e mais humilde deste País. Iniciou por dizer-nos que a grande, a maior meta de seu Governo é a valorização do homem, em sua inteireza e plenitude, conforme já havia caracterizado em seu discurso de posse. Asseverou-nos que não se arredaria um centímetro sequer dessa aspiração, pois tem consciência das difíceis condições de vida por que passam, ainda hoje, milhares de irmãos nossos no Brasil. Quase que poderíamos repetir aqui os conceitos e as afirmações feitas na ocasião por S. Exa., reiterando o que antes já dissera, por ocasião

da passagem do 7º aniversário da Revolução de 31 de março, no ano passado:

"Se não me canso de dizer o meu propósito de tudo fazer no sentido de melhor distribuição da renda nacional, porque uma parcela significativa da população não dispõe de recursos para o consumo e a poupança, advirto que não podemos pretender ampliar, prematuramente, a distribuição, sacrificando o crescimento" . . . Convencidos de que somente o aumento da produtividade poderá elevar o poder de vida dos trabalhadores, não voltaremos à política ilusória dos aumentos salariais inflacionários. Preferimos complementá-los com instrumento, a um só tempo de sentido humano e econômico — como o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público".

O Sr. *Pinheiro Machado* — Deputado Adhemar Ghisi, estamos ouvindo com muito interesse o estudo que V. Exa. faz no momento político brasileiro, ressaltando, a esta altura, o encontro que teve com S. Exa., o Sr. Presidente da República. Acho que V. Exa. realiza muito bem, com o brilhantismo que lhe é peculiar, essa esquematização do nosso momento político, trazendo ao conhecimento desta Casa como é fácil o diálogo de um Deputado que sozinho vai ao Sr. Presidente da República cumprimentá-lo, levar-lhe os problemas do seu Estado e ouvir de S. Exa. a afirmação de que está atento a eles. Também posso dar o meu testemunho a V. Exa. de que, visitando o Nordeste no ano passado, S. Exa., o Sr. Presidente da República, comoveu-se com a seca que então assolava a nossa região. Nós, da representação piauiense, outra coisa não podemos fazer senão testemunhar essa solidariedade, esse interesse permanente que teve S. Exa. pelo Estado mais pobre da Federação, como é o Piauí — Eu não mencionaria o Estado de Santa Catarina, que já ultrapassou o estágio de subdesenvolvimento; mas sentimos que o Sr. Presidente da República está acompanhando sempre o nosso sofrimento, as nossas necessidades, procurando resolver na medida do possível os nossos problemas. E sabemos que o Governo federal não pode — nem seria possível — atender a um Estado preterindo outros. As necessidades do País são encaradas por igual pelo Governo Federal, mas sentimos que ele procura integrar-se na problemática de cada um dos pequenos Estados da Federação. Queria parabenizar V. Exa. pela brilhante obra e pedir-lhe que traga sempre esses contactos ao conhecimento da Casa, a fim de levarmos daqui a convicção de que o Poder Executivo está realmente entrosado com o Legislativo e de que desse entrosamento haverá de sair, sem

dúvida, o tão esperado momento da estabilidade política nacional, que também é uma consequência da nossa estabilidade econômica, tão bem trabalhada por esse Governo que todos nós apoiamos.

O SR. ADHEMAR GHISI — Muito obrigado a V. Exa. pelo ilustrado aparte com que nos honrou e que incorporo, com muita alegria e com muito prazer, ao discurso que neste momento profiro perante esta nobre Casa do Parlamento Brasileiro.

Sr. Deputado, disse e afirmou, na ocasião o eminente Sr. Presidente da República — e não inseri tal fato no meu discurso para não parecer uma tirada mais afoita, uma afirmativa até certo ponto leviana — que só crê em desenvolvimento econômico com o paralelo desenvolvimento do homem, o que constitui a maior preocupação do Governo, a grande, a maior meta das administrações públicas. Se V. Exa. atentar, com esse cuidado desvalado que revelou em ouvindo o nosso modesto discurso, verificará com o correr da leitura do mesmo, que S. Exa. tem uma idéia absolutamente segura do que pretende fazer no objetivo de tornar exequível a valorização do homem considerado na sua dignidade, desse homem feito à imagem e à semelhança do próprio Deus.

Nesse particular, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o ilustre Chefe da Nação fez-nos revelações que bem demonstram a sua permanente preocupação pelos destinos dos mais humildes deste País, e que compõem a camada mais inferior da nossa escala social. Asseverou-nos que é pensamento de seu Governo, dentro das possibilidades materiais à sua disposição, tentar atingir com mais agressividade três metas sociais da maior importância para a conquista da mais próxima igualdade social, entre todos quantos participam da comunidade nacional.

Primeiramente, a possibilidade de o nosso humilde chefe de família ter à sua disposição condições mais fáceis de aquisição de sua casa, situada próximo ao seu local de trabalho, e consoante o entendimento de que esse é o bem mais desejado por quem constituiu um lar.

Depois, a concessão de uma assistência médico-hospitalar mais ampla e fácil para o homem e sua família. Haverá de ser encontrada uma nova fórmula para que se transforme em realidade o desejo do Governo Revolucionário, que já muito realizou no setor, mas que ainda não está plenamente satisfeito com os resultados alcançados.

Finalmente, o oferecimento de oportunidades para que o filho do homem humilde, pobre, tenha condições de estudar, não para que necessariamente venha a conquistar o grau universitário, mas para que se possa munir de qualificações técnicas que só a escola de nível

médio pode oferecer, a fim de que suas oportunidades se ampliem e, assim, possa melhor contribuir para o desenvolvimento nacional.

Estas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, em termos rápidos e em pinceladas superficiais, as revelações a nós feitas pelo grande estadista que se vem notabilizando à frente dos destinos desta Nação.

O Sr. Cêlio Marques Fernandes — Nobre Deputado, não o aparteei antes para não o interromper antes que chegasse às conclusões que ora apresenta. Quem observar o que vem fazendo o Presidente Médici em defesa do homem do campo e da cidade, ou em defesa da criança, ou na luta contra os entorpecentes, ou educando, com o MOBIL, há de ficar orgulhoso de ver que o caminho certo está traçado, que as providências estão tomadas. Encontramo-nos com V. Exa. em Belo Horizonte e tivemos a ventura de assistir àqueles que envelheceram trabalhando de sol a sol, no campo, abandonados de tudo e de todos, receberem a sua aposentadoria, com alegria e emoção, dentre eles, um de mais de 100 anos, que sempre viveu no interior, sem qualquer meio de comunicação e de transportes. Isso tudo nos orgulhou imensamente. Sinto-me, pois, à vontade para apartear V. Exa., felicitando-o pelo belíssimo trabalho que apresentou, no qual relata a audiência que teve com o digno e honrado Presidente Médici, e o diálogo que com S. Exa. manteve. Nada poderá ser realizado sem diálogo. V. Exa. tinha uma audiência de 10 minutos e o Presidente a estendeu por 20 minutos, fato que seguidamente acontece. Sei até de Deputados da Oposição que ficaram surpresos ao conseguirem audiência com o Presidente. Quem quiser será recebido por S. Exa. É preciso apenas que tenhamos condições de dialogar e, acima de tudo, de levar a nossa solicitação e a nossa cooperação ao Governo. Parabéns a V. Exa.

O SR. ADHEMAR GHISI — Muito obrigado a V. Exa., ilustre Deputado Cêlio Marques Fernandes, pelo aparte generoso com que nos obsequiou. V. Exa. sintetizou exatamente aquilo que deve ser a tônica das preocupações parlamentares relativamente aos homens do Executivo, principalmente ao mais alto mandatário do País. Tenho dito aqui e novamente reafirmo: precisamos estabelecer um diálogo sério, permanente, seguro, levando problemas estudados, assuntos devidamente equacionados, para merecermos a confiança do Poder Executivo, que tem a responsabilidade da condução dos destinos da vida pública nacional. Deveremos colocar-nos no mesmo plano de grandeza em que ele nos procura posicionar.

É o que estamos tentando fazer neste relatório das impressões que colhemos e que procuramos trazer a todos quantos nesta tarde nos dão a honra de nos ouvir.

Essas nobres motivações, esses dignos propósitos, aquelas altas inspirações levaram-nos, então, a transmitir ao eminente Presidente Médici a reivindicação responsável pela nossa presença ali. Ouviu o Chefe da Nação nossa exposição, que consubstanciava apelo de mais de dois mil aposentados por invalidez pelos cofres do Instituto Nacional de Previdência Social, e residentes no sul do Estado de Santa Catarina.

Pudemos comunicar a S. Exa. a opinião de quem estava a testemunhar um doloroso drama, drama que tendia a agravar-se caso o Governo Federal não oferecesse uma justa solução ao problema. Ponderamos que a legislação previdenciária brasileira, herdada pela Revolução de 1964, precisava ser modificada na parte referente aos cálculos dos proventos de aposentadoria atualmente percebidos pelo aposentado por invalidez, ou seja, calculados em 70% sobre seu salário-contribuição, e mais 1% sobre cada período de doze meses de contribuição, até totalizar o máximo de 100%. Informamos a S. Exa. que a grande faixa de contribuintes do INPS, numa proporção de 60%, está situada dentro dos limites do salário-mínimo, e que, por isso, ao aposentar-se por invalidez, esse trabalhador receberá pouco mais de 70% do que vinha percebendo na atividade, fato que, além de absurdo, é desumano, levando-se em consideração que, por força de lei, o salário-mínimo é a remuneração menor que um trabalhador deve perceber para manter-se e à sua família. Recordamos ao Chefe da Nação, ainda, que, dentre todas as modalidades de aposentadorias previstas pela Lei Orgânica de Previdência Social, a concedida por invalidez, além de no geral ser aquela menos comum, somando um pequeno número de benefícios, condenava o segurado da Previdência Social a viver tão-somente com o valor correspondente aos seus proventos, pois que desde o Decreto-lei 66, de 22-11-1966, esse beneficiário, sob pena de suspensão dessa aposentadoria, ficara proibido de exercer qualquer atividade remunerada. Não era isso, certamente, o que o Governo desejaria em favor de uma numerosa classe presente em todos os quadrantes da Pátria.

Terminada a exposição, prometeu-nos o eminente Presidente da República estudo rápido e profundo sobre o problema exposto, considerando oportuno e justo o pleito que lhe transmitíamos, dentro do contexto político-social do seu Governo, e focalizando com interesse aspectos da matéria objeto de nossa fala.

No dia subsequente, dirigimo-nos ao eminente Ministro Júlio Barata, titular da Pasta do Trabalho e da Previdência Social, a quem transmitimos detalhes da entrevista do dia anterior, e que também prometeu, logo que lhe fosse encaminhado o respectivo processo, dar ao mesmo a melhor atenção e absoluta prioridade do seu

Ministério, por considerar ter entendido da maior atualidade e justiça o pleito formulado ao Chefe da Nação.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, ao mesmo tempo em que presto contas aos milhares de conterrâneos que me incumbiram de importante missão junto às altas autoridades administrativas do País, para dizer-lhes e proclamar da positiva impressão que sua solicitação causou às duas altas personalidades federais já mencionadas, aproveito a oportunidade para estabelecer uma conotação que reputo legítima: afirmo existir toda a boa vontade por parte do Executivo relativamente aos pleitos justos e do interesse coletivo que possam ser levados ao seu conhecimento objetivando pronta solução.

E' necessário superar de vez essa fase que já chega ao fim, para o bem de todos, caracterizada por infundadas e mútuas desconfianças e prevenções. O Presidente Filinto Müller está a nos falar uma nova linguagem, com base nas reiteradas mensagens e nos sadios propósitos revelados pelo Sr. Presidente da República, desde que assumiu suas altas funções. O sinal é verde: que todos os políticos dirijam, pois, sua ação de colaboração, de contribuição, de esforço e de trabalho para a meta que é de todos os brasileiros, consubstanciada nos desejos que todos formulamos, para nós e para nossos pósteros, de ver construída a grande Pátria com que todos sonhamos. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)